

As escolas do campo do Ceará, que se colocam aqui no centro de nosso interesse, resultam de um processo de luta social protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará (MST-Ce), mas são, efetivamente, instituições públicas de ensino, pertencem à rede pública estadual, estão no âmbito daquilo que se denomina de bem comum representado pelo Estado.

Devido ao fato de serem, as escolas do campo, resultado direto da atuação do MST como movimento social e como agente principal da pressão sobre o Estado e pelo fato de estarem localizadas em áreas de assentamento de reforma agrária, essas escolas guardam uma relação muito estreita com o MST.

Além dos elementos apontados acima, constata-se a participação efetiva e direta do Movimento no cotidiano dessas escolas. Os diretores das 5 já construídas e em funcionamento são militantes do MST. O Movimento é reconhecido pelos funcionários da SEDUC que acompanham diretamente o funcionamento das escolas como um interlocutor legítimo dos assuntos das escolas do campo, sendo, por isso, sempre convidado a participar de qualquer atividade relacionada a essas escolas como seminários, cursos, encontros, etc. O MST está ligado às escolas do campo, como já anotamos, desde as primeiras lutas pela sua conquista e participa, aliás, procura liderar, comandar o processo de definição dos Projetos Político-pedagógicos dessas escolas.

A questão central que nos chama atenção é justamente o fato de que essas escolas estão associadas de um lado às lutas sociais do MST, conhecido como um movimento que tem como bandeira mais evidente a reforma agrária, mas que assume um caráter social abrangente, com atuação em áreas sociais e políticas diversas como a discussão ecológica, a discussão relacionada ao uso dos recursos naturais, aos agrotóxicos, aos direitos dos povos das florestas, da educação, e assume uma posição ideológica anticapitalista, ou seja, as escolas do campo estão entre essa dimensão politicamente combativa e a dimensão representada pelo Estado na qual a escola é um direito, é de interesse comum, laica, pública e universal.

Segundo o pensamento democrático-burguês a instituição pública deve ser, por natureza, a expressão dos interesses comuns, do bem comum, ou seja, deve ser universalmente acessível a todos e ensinar o saber socialmente construído e acumulado pela humanidade sem priorizar, nem defender especialmente nenhuma visão ideológica, social, econômica ou cultural particular, de raça, etnia, classe, grupo ou religião. Obviamente, esse caráter universalista e neutro do Estado, das instituições públicas, especialmente das escolas públicas não se realiza jamais numa sociedade atravessada por conflitos e contradições: o Estado e suas instituições serão sempre a representação, majoritária, em última instância, dos interesses das classes dominantes e os agentes que tornarão esses interesses os predominantes; tornarão as principais concepções e interesses particulares das classes dominantes os predominantes na sociedade, ou seja, assegurando caráter de universalidade para o todo da sociedade daquilo que é, originalmente próprio de uma classe. Esse é, resumidamente, o núcleo fundamental da concepção defendida pelos autores filiados à perspectiva teórica marxista sobre o caráter classista do Estado e de suas instituições, inclusive da escola e que nos parece absolutamente verdadeira e válida para a investigação que pretendemos realizar. O curioso é justamente o fato de que no caso que elegemos aqui para análise, temos uma situação em que um movimento social de caráter anticapitalista radicalizado conquista um direito através da sua atuação política, que é o Estado assegurar instituições de ensino de ensino médio em áreas de reforma agrária, mas desse direito em vias de realização avança para tentar fazer com que essas escolas, as

escolas do campo sejam a expressão de suas convicções políticas e pedagógicas, além de instrumento de formação de sujeitos sociais atuantes na transformação da sociedade. Coloca-se então a pergunta: até onde o MST consegue ou conseguirá imprimir suas marcas políticas, pedagógicas, simbólicas nas escolas do campo? Que significado tem para o movimento, para os assentamentos o controle sobre as escolas do campo? São algumas questões que se colocam e que se mostram relevantes para nossos debates: que na realidade nenhuma instituição pública ou mesmo o Estado não consegue numa sociedade de classes e atravessada por antagonismos profundos ser expressão imparcial do saber. Contudo, essa é a doutrina, é a ideia prevalecente sobre as escolas públicas. O que o MST pretende está de certa forma, dentro de uma interpretação bastante razoável da Lei. Senão vejamos: se as escolas do campo estão situadas dentro de áreas de reforma agrária, e se essas escolas devem adaptar-se às realidades da zona rural onde estão localizadas nada mais correto que adaptarem-se às realidades dos assentamentos.